# Águas do Ribatejo investiu 80 milhões de euros na proteção dos recursos hídricos

21 de Setembro, 2020

No âmbito do Dia Mundial da Monitorização da Água, que se assinalou no passado 18 de setembro, a Águas do Ribatejo (AR) felicita-se pelo facto de ter em funcionamento meia centena de Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) nos concelhos de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas.

Em comunicado, a empresa refere que a maioria das infraestruturas é nova ou foi requalificada nos últimos 10 anos com um investimento na ordem dos 80 milhões de euros financiado por fundos comunitários e capitais próprios da AR. O volume total de água residual tratada nas ETAR da AR em 2019 foi "superior a 7 milhões de metros cúbicos", acrescenta a empresa. Ainda assim, mais de metade destas ETAR apresentam "taxas de utilização inferiores a 50% da capacidade instalada", o que reforça a "necessidade dos munícipes se ligarem às redes de saneamento selando as fossas sépticas existentes", destaca a AR. A empresa refere também que recurso às fossas, enquanto instalações particulares, individuais ou coletivas de disposição de águas sujas, deverá continuar apenas nos "locais onde a construção de rede de saneamento não seja técnica e economicamente sustentável".

O relatório da União Europeia revela que o investimento português em infraestruturas para recolha e tratamento de águas residuais urbanas ronda os três euros anuais por habitante, quando a média europeia se situa nos 36 euros. Assim, a AR contrariou esta tendência com um "forte investimento" nos sistemas de saneamento e nas fábricas de tratamento de água. De acordo com a empresa, todos os municípios estão dotados de sistemas de tratamento eficazes como demonstram as análises realizadas anualmente (quase 20 mil durante o ano de 2019), por uma entidade certificada, às amostras recolhidas nos pontos de descarga das ETAR. A água tratada é devolvida para a bacia hidrográfica do Tejo cumprindo o Ciclo Urbano da Água em conformidade com a legislação em vigor e as diretivas da Entidade Reguladora (ERSAR) e da Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Face a novas licenças emitidas pela APA que alteram as anteriores condições de descarga, foi necessário "introduzir etapas de remoção química de fósforo em algumas ETAR para garantir o cumprimento de um valor limite de 3 mg/l", refere a empresa.

Francisco Oliveira, presidente da AR, salienta o "enorme esforço" que foi feito para dotar um território de mais de 3200 km2 e 150 mil habitantes de sistemas de tratamento eficazes. O administrador apela aos munícipes dos sete concelhos servidos pela AR que colaborem com a empresa na melhoria da eficiência dos sistemas. "É fundamental que quem tem rede de saneamento aproveite a oportunidade para se ligar aos sistemas. A AR colabora neste

processo de ligação dos ramais e todos teremos a ganhar. É uma solução segura, amiga do ambiente e mais económica para os munícipes e para o erário público”.

A diretiva europeia exige que todas as áreas de povoamento ou aglomerações com 2.000 habitantes equivalentes de população ou superior estejam equipadas com sistemas de recolha e tratamento das suas águas residuais. A AR foi mais longe e dotou aglomerados com menor densidade populacional com ETAR apropriada para garantir o tratamento de águas residuais em segurança e cumprindo os parâmetros recomendados. Nos locais onde tal não foi possível, a AR providencia o serviço de limpeza das fossas encaminhando o seu conteúdo para tratamento numa das suas ETAR.